



## **JULGAMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2025**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO MÉDICO-HOSPITALAR, FISIOTERÁPICO E CLÍNICOS DIVERSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAPORA-MG.

### **DAS FORMALIDADES LEGAIS**

Trata-se de resposta ao recurso apresentado pela empresa PURAH MEDICAL, pessoa jurídica de direito privado, por meio de seu escritório administrativo, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 28.345.933/0001-30, por intermédio de seu representante legal, o Sr. LUIZ FREDERICO FEITOSA OLIVEIRA, vem, respeitosamente perante V. Senhoria, apresentar: RECURSO ADMINISTRATIVO COM EFEITO SUSPENSIVO.

#### **1. DA TEMPESTIVIDADE**

É o presente recurso administrativo plenamente tempestivo, uma vez que a intimação para decisão administrativa ora atacada se deu às 10:44 do dia 07/10/2025, quando foi iniciada a fase recursal dos itens 7 e 21, conforme consta na sessão pública de licitação ocorrida no **sistema Compras.gov.br**, devendo os interessados registrarem recursos até o dia 10/10/2025, razão pela qual deve essa Comissão de licitação conhecer e julgar a presente medida.

#### **2. DOS FATOS E DO DIREITO**

##### **Em síntese:**

Em face da Decisão Administrativa que injustamente desclassificou a empresa nos itens 7 e 121, conforme passaremos a demonstrar.

Ocorre que a empresa não está proibida de contratar com a Administração Pública em geral. Há, sim, uma sanção específica aplicada pela Prefeitura de Atibaia/SP, atualmente discutida judicialmente, cuja abrangência restringe-se à esfera do órgão sancionador, conforme consta expressamente na certidão emitida pelo próprio CEIS.

Logo, a penalidade não impede a PURAH de contratar com o Município de Pirapora/MG, pois seus efeitos são limitados à esfera da Prefeitura de Atibaia.



### 3. DOS PEDIDOS DA REQUERENTE

Diante do exposto, requer:

1. O conhecimento e provimento do presente recurso, para reformar a decisão que desclassificou a PURAH nos Itens 7 e 121;
2. O reconhecimento de que a sanção constante do CEIS possui efeitos restritos à esfera do órgão sancionador (Prefeitura de Atibaia/SP), não impedindo a contratação com o Município de Pirapora/MG;
3. A reclassificação e habilitação da recorrente nos Itens 7 e 121, com o consequente prosseguimento regular do certame;

### 4. DAS CONTRARRAZÕES

A GB COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA CE devidamente inscrita no CNPJ sob o nº10.782.385/0001-40, aceita e habilitada no item 07, NÃO apresentou CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO formulado pela PURAH MEDICAL.

A DOMINUS COMERCIO SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA MG, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº27.417.234/0001-95, aceita e habilitada no item 121. NÃO apresentou CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO formulado pela PURAH MEDICAL.

### 5. ANÁLISE DO MÉRITO

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do **ente federativo que tiver aplicado a sanção**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e



VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta **de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

A recorrente PURAH MEDICAL, apresentou recurso com documento anexo de tempestivo pois o seu envio para protocolo ocorreu dentro do prazo estabelecido para recebimento, com prova documental idônea CEIS, contando que a penalidade não impede a PURAH de contratar com o Município de Pirapora/MG, pois seus efeitos são **limitados à esfera da Prefeitura de Atibaia SP**.

## 6. MÉRITO

Passamos então a análise do mérito.

De início, importa ressaltar a estrita observância às regras estabelecidas no processo licitatório e em cada procedimento do certame por esta Comissão. A Lei federal nº: 14.133/2021, que regulamenta as licitações, estabelece no Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Considerando Súmula a 473 STF - A Administração Pública Pode Rever Seus Atos a Qualquer Tempo.

A Administração deve exercer seu poder-dever de anular seus próprios atos, sem que isso importe em contrariedade ao princípio da segurança jurídica. Nesse sentido, as súmulas 346 e 473 deste Supremo Tribunal: "A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos" (Súmula 346). "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial" (Súmula 473).

[AO 1.483, rel. min. Cármen Lúcia, 1ª T, j. 20-5-2014, DJE 106 de 3-6-2014.]

Desta forma, a Luz dos Princípios que regem a matéria, no nosso sentir, não há que se falar na inabilitação do participante, pois corroborando o entendimento da alhures colacionado da Lei 14.133 § 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta **do ente federativo que tiver aplicado a sanção**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. ainda diante da previsão expressa do edital a fim de estabelecer que apenas aqueles punidos pelo Município de Pirapora /MG ou que tenham sido declaradas inidôneas pela



Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal estariam proibidas de participar do Certame Licitatório, não se deve estender tais punições aplicadas por outro ente da Administração Pública por ausência de disposição legal

## 7. CONCLUSÃO

Ante ao exposto, o Pregoeiro decide:

- a) Que o recurso apresentado pela empresa PURAH MEDICAL, é tempestivo portanto, recebido, para no mérito.
- b) Por todo o exposto, decide-se **CONHECER** do recurso interposto pela empresa PURAH MEDICAL, referente ao recurso interposto aos **itens 07 e 121** do Pregão Eletrônico nº 90014/2025 para, no mérito, **JULGAR PROCEDENTE** ao recurso, obedecendo aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório, que regem o certame.
- c) Retornaremos a fase julgamento/habilitação dos itens 7 e 121 do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2025, para o dia 22/10/2025 às 8h30 horário de Brasília DF a ser disposto no quadro de aviso no portal COMPRAS.GOV e site oficial da prefeitura de Pirapora MG, do referido processo.

Salvo melhor juízo é o parecer.

Desta forma retornamos o processo em tela para prosseguimento de feitos.

Pirapora (MG), 16 de outubro de 2025.

Reinaldo Da Conceição Fonseca. Mat. 4739  
Pregoeiro Sesau. Portaria 035/2025